

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.030.307 - SP
(2016/0323259-5)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **JOEL BENAZZI CLEMENTE**
ADVOGADO : **RONALDO DOMINGOS DA SILVA E OUTRO(S)** - SP177410
EMBARGADO : **LOURIVAL GONÇALVES DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **RUBENS HARUMY KAMOI E OUTRO(S)** - SP137700

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOEL BENAZZI CLEMENTE em face da r. decisão monocrática de fls. 468/472 que deu parcial provimento ao seu recurso para excluir a multa aplicada nos aclaratórios, com fundamento no artigo 538 do CPC/1973.

No presente recurso, JOEL BENAZZI CLEMENTE alega, essencialmente, haver omissão no jugado em relação ao depósito realizado com a finalidade de apresentar impugnação, o que faria incidir a multa do artigo 475-J do CPC/1973.

A parte contrária manifestou-se no sentido de rejeição dos aclaratórios.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso, alega JOEL BENAZZI CLEMENTE que o TJSP apesar de instado a se manifestar acerca do depósito realizado com a finalidade de apresentar impugnação, os aclaratórios foram rejeitados sem, contudo, enfrentar referida questão.

Para melhor elucidar a questão, vejamos o que o TJSP asseverou:

Após o transito em julgado do acórdão condenatório, o agravante requereu o início do cumprimento de sentença, com a intimação do devedor para pagamento da quantia indicada. O devedor, a despeito de ter efetuado o depósito no montante requerido, apresentou impugnação. Posteriormente, antes da apreciação da impugnação, verificando equívoco no manejo dessa medida, dela desistiu, concordando com os cálculos apresentados.

Do referido acórdão, o recorrente opôs embargos de declaração com a seguinte insurgência, dentre outras:

Nota-se, que o decisum, manifesta-se acerca da impontualidade e do termo inicial, mas restou omissso acerca do depósito ter sido realizado com a finalidade de apresentar impugnação, fundamento manejado pelo agravante. Assim, acerca dos motivos que o encorajaram no pleito da incidência da multa do art, 475-J,

constou expressamente, que a incidência da multa, também deve ocorrer nos casos de retardamento da disponibilização da valor perseguido. (fl. 292)

Ao julgar os aclaratórios a Corte local fundamenta a rejeição do recurso, nos seguintes termos:

Posteriormente, antes da apreciação da impugnação, verificando equívoco no manejo dessa medida, dela desistiu, concordando com os cálculos apresentados. Após o trânsito em julgado do acórdão condenatório, o agravante requereu o início do cumprimento de sentença, com a intimação do devedor para pagamento da quantia indicada. O devedor, a despeito de ter efetuado o depósito no montante requerido, apresentou impugnação. Posteriormente, antes da apreciação da impugnação, verificando equívoco no manejo dessa medida, dela desistiu, concordando com os cálculos apresentados. O que se vislumbra no caso em análise é flagrante abuso do direito de recorrer. Isto porque, "o inconformismo sistemático, manifestado em recursos carentes de fundamentos novos, não pode deixar de ser visto senão como abuso do poder recursal" (STF — RT 834/184). Em verdade está-se opondo questões que não têm pertinência com o só objetivo de protelar, agindo a parte com inadmissível má-fé processual. Em razão disso, sendo o recurso manifestamente infundado e, com fulcro no art. 538, parágrafo único, do CPC, ficam os embargantes condenados a pagar multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa originária, em favor da parte contrária. (fls. 295/300, n.g)

Por seu turno, no julgamento do recurso especial do embargante em decisão de minha lavra, foi afastado o intuito protelatório dos aclaratórios com a exclusão da multa aplicada com base no artigo 538 do CPC de 1973.

Como visto, a Corte local asseverou que houve depósito do valor devido com aceitação dos cálculos apresentados pelo credor, sem discussão sobre o valor, o que afastaria a aplicação da multa com base no artigo 475-J do CPC/1973, não obstante tenha sido interposta impugnação, dela desistindo posteriormente diante do alegado equívoco na sua interposição.

Nesse contexto, observa-se que o embargante pretende a rediscussão da matéria, pois a Corte de origem decidiu integralmente a controvérsia posta nos autos, não obstante em sentido contrário do pretendido (aplicação da multa com base no artigo 475-J do CPC/1973).

Destarte, no caso dos autos, está nítido o propósito dos embargantes de

rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que, contudo, não é cabível na via estreita dos embargos de declaração. Isso, porque tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTRELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protrelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa." (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, n.g)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de

Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, n.g)

O simples descontentamento com o "decisum", a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Ausente o vício imputado na decisão recorrida, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator